

O que aconteceu com a classe operária?

Olivier Schwartz, atualmente professor da universidade René Descartes (Paris V), desenvolve há vários anos pesquisas sobre a condição operária. É autor, dentre outros trabalhos, de *Le monde privé des ouvriers*, publicado em 1990 pela Presses Universitaires de France. Este livro, reeditado em 2002, apresenta os resultados de uma pesquisa etnográfica realizada com famílias operárias do Nord-Pas-de-Calais, uma antiga região mineira da França. No período mais recente, o sociólogo tem pesquisado a situação de trabalho dos motoristas de ônibus da RATP¹. Na entrevista concedida ao jornal *L'Humanité*, ele apresenta, em linhas gerais, uma reflexão sobre a classe operária e os operários hoje².

Humanité: Pode-se falar ainda de classe operária? Quase ninguém mais emprega essa noção hoje. Não há mais operários?

O. Schwartz: Se entendermos por classe operária um grupo coerente de operários mobilizados, cujos membros dispõem daquilo que antigamente se denominava consciência de classe, reivindicam uma certa identidade operária e são dotados de organizações que os representam, é preciso constatar que, há 15 ou 20 anos, assistimos a sua desconstrução. As razões para isso são várias, mas uma delas reside na liquidação, ao longo das últimas décadas, de setores inteiros da indústria pesada onde havia se constituído grandes batalhões operários, que tinham uma verdadeira força de ação coletiva e eram portadores de uma verdadeira identidade operária: as minas, a siderurgia, a metalurgia.

¹ Régie Autonome des Transports Parisiens, empresa pública responsável pelo transporte da região de Île-de-France.

² Entrevista realizada por Bernard Frederick, publicada em 2 de maio de 2001. Tradução e notas de Andréia Galvão.

Todavia, frequentemente tende-se a deduzir, a partir dessa constatação, que não haveria mais operários. Ora, existe ainda na França uma população operária muito vasta. A última pesquisa “Emploi 2000”³ contabiliza em torno de 6,3 milhões de operários, o que representa 27% da população economicamente ativa. É verdade que há trinta anos esse número não pára de diminuir, mas mais de 6 milhões ainda é bastante...

Humanité: Você menciona a população ativa, mas você também enfatiza a tendência a se desconsiderar os aposentados.

O. Schwartz: É verdade. Quando falamos da população operária na França, referimo-nos geralmente aos ativos. Ora, há também toda uma população operária aposentada, graças à ampliação da esperança de vida, à redução da idade da aposentadoria promovida no início dos anos 1980, mas também devido ao fenômeno das pré-aposentadorias⁴, que adquiriu, há 15 ou 20 anos, uma importância considerável na França. Neste país hoje, na faixa etária compreendida entre 55 e 64 anos, mais de um, a cada dois homens, não está mais em atividade. É um número muito pouco conhecido, cuja importância evidentemente é muito grande quando se reflete sobre os operários. Pois mesmo que um fenômeno como as pré-aposentadorias tenha atingido todas as categorias profissionais, ele inicialmente afetou, e o fez em larga escala, os operários. Convém, então, acrescentar, aos 6,3 milhões de operários ativos, todos esses operários com mais de 55 anos, em pré-aposentadoria ou aposentados. Tanto uns quanto outros constituem uma população extremamente importante.

Também é preciso acrescentar que, entre a categoria que a estatística define como “empregados”, encontram-se pessoas que poderiam muito bem ser classificadas como “operários”. Por exemplo: os caixas das grandes redes comerciais, as arrumadeiras do setor hoteleiro, os encarregados da limpeza hospitalar, os entregadores de pizza etc.

³ Pesquisa domiciliar realizada pelo *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* (INSEE), fornece dados relativos a emprego, desemprego, duração do trabalho e emprego precário.

⁴ Mecanismo que permite antecipar a aposentadoria de trabalhadores que ainda não atingiram a idade mínima para requerer esse benefício. Esse recurso é geralmente utilizado pelas empresas como forma de reduzir o número de seus empregados, ou de substituir empregados mais antigos e com mais benefícios por outros mais novos e com salários mais baixos. O pagamento da pré-aposentadoria é parcialmente financiado pela empresa, sendo o restante assumido pelo Estado.

Humanité: Quando a classe operária começou a declinar, houve uma tentativa de lhe dar novos contornos, principalmente mediante a integração de altos técnicos, engenheiros de produção. Isso lhe parece adequado?

O. Schwartz: Você alude a uma tese que havia sido sustentada nos anos 1960, notadamente por Serge Mallet⁵. Era a idéia segundo a qual cada vez mais, num país desenvolvido como a França, assistia-se a uma transformação e a uma expansão da classe operária “pelo alto”. Os operários desempenhando tarefas cada vez mais complexas e qualificadas teriam se aproximado dos técnicos. E, inversamente, os engenheiros e técnicos, enquanto simples assalariados, pois apesar de muito qualificados eram submetidos às exigências da produção capitalista, aproximaram-se dos operários. A fronteira entre os “colarinhos azuis” e os “colarinhos brancos” seria progressivamente dissolvida no interior de uma vasta classe operária tecnicista. Era a idéia da “nova classe operária”.

A idéia era interessante. Ela certamente exprimia evoluções reais e tinha o mérito, naquela época, de procurar levar em conta as transformações do mundo operário. Mas ela também continha ilusões. É claro que o trabalho operário se transformou bastante desde os anos 1960, ele se tornou em muitos casos mais técnico ou mais próximo do trabalho realizado no setor terciário. Mas as especificidades mais essenciais da condição operária não desapareceram: o trabalho penoso, a insegurança no emprego, os salários medíocres e com baixos índices de reajuste (isso quando não há estagnação), todos esses aspectos são mais atuais do que nunca, mesmo que tenham se passado quarenta anos.

Essas características não apenas se mantiveram ou foram agravadas, como se aplicam atualmente a muitos empregos no terciário, especialmente no comércio e no setor de serviços. Há 25 anos esses empregos vêm aumentando consideravelmente, e isso ocorre paralelamente à diminuição dos operários da indústria. É aí, a meu ver, que reside o verdadeiro argumento, se quisermos mostrar a permanência de uma certa condição operária na França hoje.

Humanité: No mundo operário, não se verifica uma tendência, nos dias de hoje, de se posicionar socialmente mais em relação a um modo de vida do que em relação a um modo de produção?

O. Schwartz: Você tem razão de levantar o problema. A condição operária está mais do que nunca presente. Mas será que isso significa que alguém se “sente” operário hoje da mesma maneira que o fazia anteriormente? Os estudos efetuados a esse respeito mostram que há diferenças extremamente importantes entre as

⁵ Em: *La nouvelle classe ouvrière*. Paris: Seuil, 1963.

antigas e as novas gerações operárias. As primeiras se forjaram a partir de uma identidade operária fortemente assumida e em grande parte manifestam-na ainda hoje. As gerações atuais o fazem numa intensidade muito menor. Dentre numerosos jovens, observa-se uma recusa a se identificar com a condição operária, mesmo que eles ocupem empregos operários. Essa recusa se deve em parte ao fato de que vivemos em uma sociedade onde a vida fora do trabalho, os lazeres, adquiriram uma importância enorme. E os jovens encontram mais motivos para se identificar na música, na prática de um esporte, nos lazeres, nos modelos culturais, do que no trabalho. Muitos jovens operários hoje se definem, sem dúvida, mais como jovens do que como operários.

Humanité: Qual o impacto disso sobre a tese de Marx acerca da "classe em si" e da "classe para si", sobre a questão da consciência de classe?

O. Schwartz: As causas do declínio da "classe para si" são múltiplas e se entrecruzam. Há evoluções econômicas e culturais objetivas, em profundidade, bem como transformações igualmente profundas no universo e na configuração política. Em todos os meios sociais, inclusive nas famílias operárias, as gerações jovens hoje têm acesso ao ensino médio e aos estudos de longa duração. Este fenômeno maior desarranjou os modos de socialização e as referências relativas à identidade da juventude de origem operária. Eu acabo de mencionar isso: um jovem que obtém um emprego de operário divide, na escola, com os jovens de sua geração, gostos e maneiras de viver amplamente difundidas entre a juventude. Ele pode ter uma tendência a se identificar mais com os modelos de sua geração do que com aqueles provenientes de seu meio de origem. Além disso, há o fato de que a passagem pela escola também mudou radicalmente as aspirações. Um jovem operário, na indústria ou no setor terciário, foi antes disso um estudante, um secundarista, que imaginou para si um outro futuro que não o de operário, e que sem dúvida alguma não deseja a condição operária. E ele não deseja porque os percursos formativos que preparam para os empregos operários, os diplomas profissionalizantes, são desvalorizados. Para um jovem, hoje, ser operário é frequentemente percebido como um fracasso. Ao passo que para as gerações precedentes, os leitores do *Humanité*, por exemplo, ser operário veiculava uma noção de orgulho. Mas em nossa época, num contexto em que a generalização de estudos de longa duração elevou enormemente as aspirações profissionais dos jovens, há fortes chances de que um jovem operário de fábrica não se aproprie positivamente deste emprego e desta condição, não se identifique com ela. Ele ocupa uma posição de operário, mas não é certo que se defina como tal.

E, além disso, há um outro aspecto importante nesse caso que é o abalo, nos últimos vinte anos, de toda a configuração política. Desde o fim dos anos 1970, produziu-se uma série de fenômenos bem conhecidos (o enorme crescimento do desemprego; o desenvolvimento do emprego precário; o desenvolvimento de situações de marginalização...) que modificaram profundamente a maneira pela qual os atores políticos e sociais representam as questões sociais. A partir do início dos

anos 1980, a precarização e a marginalização – perceptível, dolorosa – de uma parte crescente da população deslocaram sensivelmente as urgências sociais mais visíveis e certamente modificaram a visão que a opinião, os atores políticos, principalmente os de esquerda, tinham acerca das questões sociais. É um movimento compreensível – eu não estou julgando ninguém – mas nós podemos medir hoje os efeitos negativos que isso pode ter acarretado sobre certos aspectos.

É evidente que a situação de um desempregado de longa duração ou de um jovem condenado aos “bicos” é, de uma certa maneira, muito mais dolorosa que aquela de um operário em seu emprego. Mas, para dizer de maneira um pouco brutal e simplificadora, a idéia que se instalou progressivamente na opinião é que as urgências sociais e as questões sociais não vinham mais do mundo do trabalho, do mundo operário, mas sim daqueles que não conseguem entrar no mundo do trabalho. É dessa idéia que decorre a insistência crescente sobre as políticas da cidade. Não é um acaso que, nos anos 1980, em uma certa sensibilidade de esquerda, essas questões ligadas à política da cidade tenham adquirido cada vez mais importância, quase mais importância do que tudo que é ligado ao mundo do trabalho.

Os temas que mais mobilizaram a opinião de esquerda, ao menos até meados dos anos 1990, foram os excluídos, os jovens das “periferias”, o racismo. Isso é perfeitamente compreensível. O problema não é, evidentemente, a importância que a esquerda concede a todas essas questões: era necessário assumi-las e os partidos de esquerda tiveram razão em fazê-lo. O problema se deve ao fato de que essa recentragem foi acompanhada pela idéia de que a questão operária não era mais verdadeiramente essencial.

Isso sem dúvida ocorreu porque o desenvolvimento da precariedade e do desemprego despertou o sentimento de que a posição daqueles que tinham um emprego se encontrava, de uma certa maneira, favorecida. Enquanto o operário, nos anos 1950-1960, aparecia como o arquétipo do grupo dominado, explorado, não havia nenhuma dúvida sobre o fato de que a questão social era a questão operária. A partir do momento em que nos encontramos num contexto de exclusão, de desemprego e de precariedade, a situação do operário, mesmo explorado, aparece como privilegiada. E tudo se passa como se a reorientação da esquerda em direção a um novo tipo de questão social fosse acompanhada por uma perda de sensibilidade diante das questões da condição operária e do mundo do trabalho.

Humanité: Essa é a razão pela qual você fala num sentimento de “abandono” por parte dos operários?

O. Schwartz: Sim. A esquerda, nos anos 1980, deixa progressivamente de se dirigir aos operários, ao passo que se interessa visivelmente, cada vez mais, por outras causas, como aquelas que evoquei anteriormente (as “periferias”, os jovens, o racismo). Repito, essas causas eram justas. Mas os operários, conscientemente ou não, perceberam isso como um abandono. Ao mesmo tempo, houve o enfra-

quecimento organizacional do Partido Comunista, que perdeu os meios de um contato direto com o mundo operário.

Humanité: E isso mesmo que a esquerda tenha chegado ao poder e que as expectativas operárias diante dela sejam fortes...

O. Schwartz: Esse é um elemento adicional, efetivamente. A esquerda, ao tomar parte do poder, aparece como menos combativa; ela modificou seu discurso, apresenta-se como mais realista e leva menos em consideração as preocupações e aspirações do mundo do trabalho. Mas tudo se entrecruza: o desmoronamento dos países do Leste, o declínio do PC, o acesso da esquerda ao poder, a transformação das urgências sociais. Criou-se uma situação em que a esquerda transmitiu o sentimento de se ocupar mais dos jovens dos conjuntos habitacionais e dos imigrantes que dos operários. Encontra-se aí, sem dúvida, uma das razões, embora não seja a única, que conduziu ao desenvolvimento do *Front National*. É possível formular essa hipótese.

Humanité: A expressão "camadas populares" lhe parece pertinente?

O. Schwartz: A expressão "camadas populares", assim como o termo "operário", não é, evidentemente, um termo preciso. As fronteiras entre operários e não-operários, popular e não-popular, nunca foram muito claras e hoje o são menos ainda. É preciso empregar a expressão com prudência, mas eu penso que ela exprime alguma coisa. Ela designa um conjunto de situações e de condições sociais que se caracterizam por posições pouco elevadas no mundo do trabalho, status sociais modestos, uma certa vulnerabilidade ou uma certa fragilidade econômica, mesmo que não haja uma grande precariedade.

Enfim, há na expressão "camada popular", a idéia, a despeito da enorme difusão da instrução, de uma distância, de uma exclusão persistente face ao "capital escolar", como diz Bourdieu, isto é, face a formas mais eruditas, mais sofisticadas da cultura e da linguagem. A expressão possui, portanto, uma utilidade na medida em que sublinha que o trabalho terciário, a elevação do nível de instrução, não fizeram com que essa população desaparecesse. Mas é preciso ser consciente de que as fronteiras sociais entre operários e não-operários, camadas populares e sociedade global, mesmo que não tenham desaparecido, são hoje extremamente embaralhadas. As clivagens sociais permanecem fortes, mas não têm a mesma clareza que antes. É uma questão bastante séria tanto para o sociólogo quanto para o militante. O operário vestido de azul, com seu orgulho operário, vivendo à margem da sociedade global, numa periferia operária, desapareceu. As camadas populares de hoje, sobretudo nas jovens gerações, são muito integradas culturalmente, participam das modas, das culturas amplamente difundidas no conjunto da sociedade e, conseqüentemente, as fronteiras e as clivagens são extraordinariamente fluidas.

Humanité: E a seu ver, o que se passa com o conceito de "movimento social"?

O. Schwartz: Tudo depende de como o empregamos! Se ele é empregado no plural, para designar movimentos sociais precisos e determinados, a expressão tem evidentemente um sentido e designa realidades que são extremamente importantes tanto para o militante quanto para o sociólogo. Mas eu fico um pouco perplexo, não escondo isso, quando se emprega a expressão no singular, e com maiúsculas, como se fez frequentemente após 1995⁶, para designar uma espécie de movimentação geral da sociedade contra a nova ordem mundial, o que supostamente estaria acontecendo depois dos acontecimentos de dezembro de 1995.

Nesse caso, parece-me que é preciso ser mais prudente. Parece-me que, após 1995, o significado do que estava em jogo naquele momento foi amplificado um pouco. O movimento de 1995 foi extremamente importante, não somente nas grandes empresas do setor público, mas também nas cidades do interior, onde houve mobilizações importantes; mas ele não envolveu os operários e os assalariados do setor privado, a despeito de constituírem a maior parte do mundo do trabalho! Estou preparado para dizer isso em uma entrevista ao *Huma*: parece-me no mínimo excessivo considerar que 1995 tenha reativado a contestação social na França. Para poder diagnosticar tal reversão de tendência, seria preciso que houvesse também uma verdadeira escalada da combatividade e do sindicalismo no setor privado. Isso não se verifica.

A menos que os movimentos que se desenvolveram nesses últimos meses nas empresas em virtude das 35 horas, ou nesse momento mesmo em torno dos "planos sociais" adquiram amplitude⁷. Aí sim haveria o sinal de alguma mudança.

⁶ O autor se refere à greve de novembro/dezembro de 1995, contra a reforma no sistema de aposentadorias do setor público. Sobre esse assunto, pode-se consultar: Andréia Galvão, O debate sobre a grande greve francesa de 1995. *Crítica Marxista* n.º 13, 2001, pp. 95-107.

⁷ O autor se refere à redução negociada da jornada de trabalho para 35 horas semanais e às negociações entre sindicatos e empresas em processo de reestruturação. Por meio dos "planos sociais", as empresas que alegam dificuldades econômicas negociam com o Estado e os sindicatos condições para preservar empregos ou para recolocar os trabalhadores ameaçados de demissão. Em 2001, duas grandes empresas anunciaram planos sociais em razão do fechamento de unidades consideradas "não rentáveis": a divisão de biscoitos da Danone e a rede de lojas Marks & Spencer, provocando uma onda de demissões e de manifestações.

FREDERICK, Bernard. O que aconteceu com a classe operária? *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.23, 2006, p.156-162. Entrevista com Olivier Schwartz.

Palavras-chave: Classe operária; Trabalho; Movimento social.